

**SEM ANISTIA
PRA GOLPISTA
NÃO À PEC DA BARRAGEM**

INFORME-SE!

UM MANDATO DEMOCRÁTICO E ÉTICO

**CHICO ALENCAR
DEPUTADO FEDERAL
PSOL RJ**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

BRASÍLIA 1/2025







CHICO ALENCAR é professor de História, mestre e doutor em Educação, com 35 livros publicados. Hoje, exerce seu 5º mandato como deputado federal, tendo sido eleito com 115.023 votos vindos dos 93 municípios do Rio de Janeiro.

Com raízes nos movimentos sociais e mais de 30 anos de atuação política institucional, Chico teve o reconhecimento como “melhor deputado” em votações do site Congresso em Foco e foi escolhido por jornalistas como o parlamentar mais atuante do Brasil em diversas ocasiões.

Seu mandato se concentra em pautas como o compromisso com a democracia participativa, justiça social, ética e transparência pública, defesa do meio ambiente, educação de qualidade e defesa dos direitos humanos.

Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

EDITORIAL 05

MUDANÇA DE VENTOS 07

**UMA FOLGA SEMANAL
NÃO É SUFICIENTE** 09

SEM ANISTIA PARA GOLPISTA 11

**TRUMP E A NOVA
GEOPOLÍTICA MUNDIAL** 13

COP 30: DA DECLARAÇÃO À AÇÃO? 15

REFORMA ADMINISTRATIVA 17

LUME QUER VIVER 19

BALANÇO LEGISLATIVO 20

EDITORIAL

QUANDO A RUA RUGE, OS “DOMADORES” RECUAM!

NO ÚLTIMO SEMESTRE, os mesmos que tentaram um golpe contra a democracia se articularam para aprovar a PEC da Blindagem/Bandidagem e o PL da Anistia.

Numa tacada só, os parlamentares da Câmara e do Senado tentaram consolidar o espírito de casta, de corpo (e de “porco”), dificultando investigações contra eles próprios e inventando uma “anistia” perene, espúria, para quem é do “clubinho das excelências” (ou seriam excrescências?). Mas o povo disse NÃO!

Não tenha dúvida: o Senado só mandou pro lixo a tal PEC porque multidões - com esperança e arte - acordaram e foram pra rua dizer NÃO, cobrando ética pública e respeito à democracia.

O PL da “anistia” para golpistas, um aval à conspiração contra nosso ainda frágil Estado Democrático de Direito, “subiu no telhado” porque o clamor da praça pública ecoou nos palácios legislativos.

E o PL da isenção do IR para quem ganha até R\$5 mil, redução para os de R\$7.350 e taxação de até 10% dos mais ricos só foi votado em função do enorme desgaste da Câmara e de Hugo Motta com aquela pauta antissocial e de autoproteção. A “queimação” dos 353 deputados e deputadas que votaram a favor da própria blindagem às investigações (e com voto secreto!). Pra você ver que Câmara temos: dos 20 titulares do

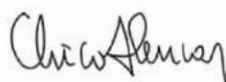
Conselho de Ética, 14 votaram a favor da PEC indecorosa! Inclusive o presidente do colegiado e o relator da representação contra Eduardo Bolsonaro, por ele escolhido (já absurdamente arquivada).

Portanto, olho vivo e atenção constante! **O atual Congresso Nacional precisa ser vigiado, cobrado e pressionado.** Os que queriam a PEC da Bandidagem, o PL da Devastação (e outras negociatas) e apoiam o golpismo torcem para que os esqueçamos. Você vai deixar?

A Operação Carbono Oculto e a Compliance Zero (Banco Master) mostram que a boa investigação chega ao andar de cima. Os elos da fraude financeira com a casta política estão sendo desvendados.

Sem nossa memória e resistência, muitos “representantes do povo” continuarão tramando contra o povo, em tenebrosas transações.

Quando as boas causas políticas se juntam com a arte, surge uma força irresistível! **E quando o devido processo legal, fundado no Estado Democrático de Direito, leva à condenação de generais, almirante e capitão, de forma inédita, é sinal de que estamos avançando.**





MUDANÇA DE VENTOS

AS MANIFESTAÇÕES POPULARES contra a PEC da Bandidagem, que mobilizaram todo o Brasil, ajudaram o governo a finalmente sair da defensiva e apresentar à sociedade não só nossas pautas, como também os frutos do trabalho do último período. Para fazer o governo Lula III continuar avançando, não podemos ceder às forças do atraso!

Apesar do esforço contrário da maioria do Congresso, muitas iniciativas estão dando certo. Depois de anos de retrocesso, o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome, segundo anúncio da Organização das Nações Unidas (ONU), em julho de 2025. Em 2024, o país teve a menor taxa média de desemprego desde 2012, quando o IBGE começou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. No ano passado, 2,7 milhões de pessoas ingressaram no mercado de trabalho.

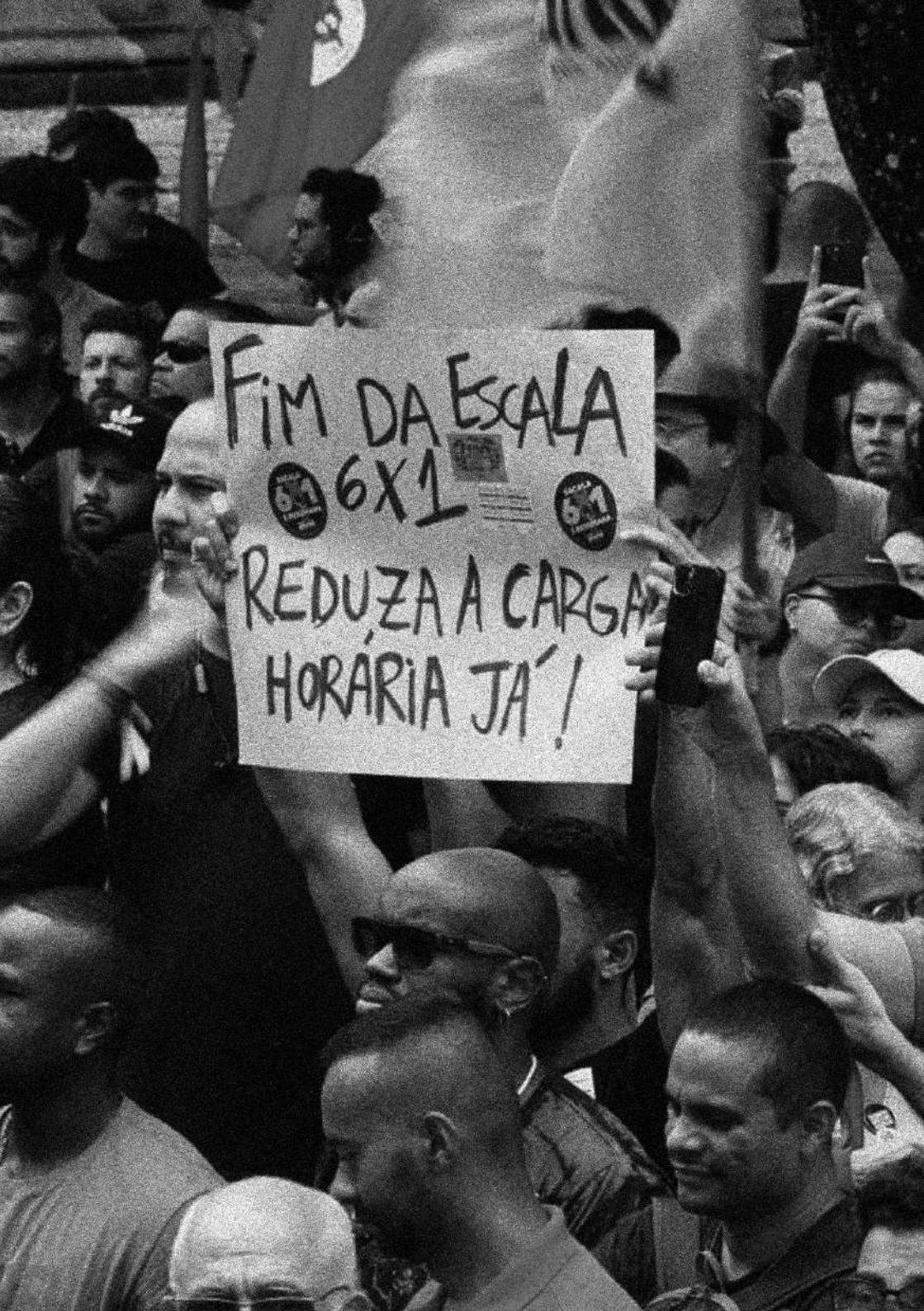
Mais: o emprego com carteira avançou 2,7% em 2025, abrangendo 38,7 milhões de pessoas. O mesmo ocorreu com o emprego sem carteira no setor privado, que aumentou 6% no período. Além disso, os programas sociais estão chegando aos mais necessitados, houve redução no desmatamento e há um esforço por justiça tributária.

Essas conquistas ajudam a explicar a melhora nos índices de aprovação da gestão. De maio para cá, subiu de 19% para 30% o percentual da população que enxerga mais notícias positivas sobre o governo. A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês teve apoio de 79%. A taxação dos super-ricos é defendida por 64%.

Mesmo sendo base do Governo Lula, temos independência crítica para defender que é melhor praticar uma governabilidade de tensionamento do que de conciliação e imobilismo.

Nosso dever é combater nas redes e nas ruas. Seguiremos na luta para abrir caminhos para mais justiça social, igualdade e dignidade em nossa Nação!





FIM DA ESCALA



6X1



REDUZA A CARGA
HORÁRIA JÁ!

UMA FOLGA SEMANAL NÃO É SUFICIENTE!

É URGENTE ACABAR COM A “ESCRAVIDÃO MODERNA” expressa pela escala de trabalho 6x1. Milhares de trabalhadores em regime CLT, principalmente no setor de serviços, são submetidos a essa rotina exaustiva, trabalhando seis dias para ter apenas um de descanso.

Esse único dia de folga, em vez de ser um momento de recuperação física e mental, muitas vezes se torna um período para cumprir demandas domésticas, compromissos pessoais e responsabilidades familiares – exigindo tempo e energia que acabam por impedir o verdadeiro descanso. É por isso que a luta pelo fim da escala de trabalho 6x1 é uma bandeira importante na defesa dos direitos dos trabalhadores/as.

Enquanto diversos países avançam na discussão sobre a redução da jornada e buscam modelos mais saudáveis e sustentáveis, no Brasil, muitos parlamentares seguem na contramão.

No início do ano, nossa companheira de bancada Deputada Erika Hilton (PSOL-SP), protocolou uma PEC desenvolvida junto ao Movimento Vida Além do Trabalho, liderado pelo vereador do PSOL no Rio de Janeiro, Rick Azevedo, que visa acabar com essa escala de trabalho desumana. Até o fechamento deste texto, em dezembro de 2025, o projeto não tinha andado!

O texto atual da Constituição estabelece que a jornada de trabalho deve ser de 8 horas diárias, com até 44 horas semanais, o que implica trabalhar, no limite, seis dias da semana, com um dia de descanso. Já o texto da PEC prevê duração do trabalho diário de 8 horas com até 36 horas semanais.

Essa redução da carga horária visa garantir mais tempo de lazer, cuidado, qualificação e descanso — ganhos fundamentais para a classe trabalhadora. A proposta exige que a redução da jornada não resulte em redução salarial, a fim de preservar o poder de compra e os benefícios sociais já conquistados. Essa condição é essencial: não se trata de menos remuneração, mas de reorganização do tempo de trabalho.

O trabalhador não deve ser visto como simples força de produção, mas, sim, como uma pessoa que merece tratamento digno.

O fim da escala 6x1 soma na defesa de um modelo de sociedade mais inclusivo e menos desigual, onde o valor do trabalho seja compatível com a preservação da saúde e da vida. Essa é uma luta fundamental, que avança no rumo da justiça social, com jornadas mais humanas e sustentáveis para todos!

**SEM ANISTIA
PRA QUEM ATACA
A DEMOCRACIA**

FRONTE BRASIL
POPULAR



POVO
SEM MEDO



AKPG

SEM ANISTIA PARA GOLPISTA! (O fim de uma Justiça que “farda e talha”!)

A CONDENAÇÃO DE MILITARES de alta patente do núcleo crucial da trama golpista inaugura um capítulo novo no histórico de impunidade a que os oficiais das Forças Armadas estavam acostumados. Estão presos os generais Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira e Braga Netto, além do almirante Almir Garnier - todos asseclas do capitão Bolsonaro (o ‘derretedor’ de tornozeleiras).

É preciso lembrar que o assalto à Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, não surgiu do nada. Durante anos, Jair Bolsonaro e seus cúmplices efetuaram ataques sistemáticos às instituições democráticas, desacreditaram as urnas eletrônicas, estimularam os acampamentos que pediam “intervenção militar”, tentaram explodir o aeroporto JK e prepararam, como provam os documentos, um golpe.

A gravidade da intentona golpista não pode ser relativizada. **Foi uma agressão frontal à Constituição, ao voto popular e à soberania do povo brasileiro.** O Supremo Tribunal Federal cumpriu seu papel de guardião da Constituição e de fiador das liberdades democráticas.

Foram várias as tentativas de golpe no Brasil, e os militares nunca foram responsabilizados. Os poucos que chegaram a ser condenados, logo foram agraciados com a concessão de duvidosa “anistia” (que nunca pode ser aval a golpismo ou tortura). É o que mais uma vez a direita e o Centrão tentam

articular, uma “anistia” para os golpistas. **Não passarão!**

“Todos os pronunciamentos, golpes e contragolpes se utilizaram de uma doutrina da tutela militar sobre a República. O que se vê agora é a chance de deixar para trás essa tutela”, ensina o historiador Francisco Carlos Teixeira, professor da UFRJ.

Não cabe anistiar quem tramou contra o Estado Democrático de Direito, cláusula pétrea da Constituição. É preciso avançar e alterar o artigo 142 da Carta Magna, interpretado por alguns como justificativa para a “intervenção militar constitucional”. Isso depende de uma PEC, a ser votada pelo Congresso Nacional. Uma tarefa política difícil, mas absolutamente necessária. Golpismo nunca mais!





TRUMP E A NOVA GEPOLÍTICA MUNDIAL

O SEGUNDO MANDATO DE DONALD TRUMP nos EUA começou em 20 de janeiro de 2025. De lá para cá, o mundo vive momentos de incerteza, pois ninguém sabe o que o magnata vai fazer no dia seguinte. O que ele fala hoje não vale para amanhã.

Trump não é chegado a ouvir o “outro”. Sua base para “diálogo” é “atira primeiro e conversa depois”. Impõe tarifas aos países e depois abre negociações. Foi assim com a União Europeia, com o Japão e o Reino Unido, entre outros.

Com a China, principal potência econômica da disputa geopolítica, as negociações são feitas do mesmo modo, só que os chineses têm condições de também impor tarifas aos produtos norte-americanos. A guerra comercial entre eles prossegue.

Essa política de Trump faz com que o multilateralismo perca força. Organismos importantes criados pós-Segunda Guerra, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), ficam muito débeis.

Na América Latina e no Caribe, Trump retoma a velha política do “Big Stick”, baseada em usar a diplomacia para negociações, **mas sempre com a ameaça de uso da força militar para impor os interesses norte-americanos**. Usando

o argumento do narcoterrorismo, tem promovido ataques a embarcações no Caribe e no Pacífico - fechando o cerco sobre a Venezuela e a Colômbia.

Trump impôs 50% de tarifa a alguns produtos brasileiros, sob o falso argumento de existência de uma “injusta relação comercial”. Mas é o contrário: há 15 anos o saldo dos EUA conosco é superavitário.

Para além das relações comerciais, Trump tentou interferir na Justiça brasileira, saindo em defesa de Bolsonaro e condenando o julgamento dos golpistas pelo STF. Fez mais do que isso: instigado por Eduardo Bolsonaro (PL-SP), deputado que está foragido nos EUA, sancionou o ministro do STF, Alexandre de Moraes, com a Lei Magnitsky, por suas ações contra Jair Bolsonaro e as big techs americanas.

O presidente Lula teve firmeza e não abaixou a cabeça para Trump: avisou que nossa soberania e democracia são inegociáveis. E a nossa boa diplomacia conseguiu reverter parte da situação, para desespero da extrema direita brasileira. Mas as negociações entre EUA e Brasil continuam. No que vai dar, ninguém sabe. De Trump, pode-se esperar tudo, sobretudo o pior. É preciso estar atento e forte!

COP30
BRASIL
AMAZONIA
11-13 NOV 2025



COP 30: DA DECLARAÇÃO À AÇÃO?

A TRIGÉSIMA CONFERÊNCIA DO CLIMA da ONU aconteceu pela primeira vez na Amazônia (em Belém do Pará) e foi um grito de socorro pela saúde do planeta! Mas há quem não queira enxergar o colapso que temos a enfrentar.

Grande parte dos 193 governos presentes na COP (Estados Unidos, de Trump, e Argentina, de Milei, não enviaram representantes) seguem discutindo “transição energética” em prazos muito longos - até lá, mesmo que as propostas saiam do papel, será tarde demais.

Os que mais sofrem as consequências das mudanças climáticas, como os povos indígenas, foram sub-representados na chamada “Blue Zone”, espaço em que ocorrem as negociações oficiais (que teve forte presença de lobistas das petroleiras e mineradoras). Os povos originários protestaram pelas ruas de Belém e reafirmaram que querem demarcação e territórios livres de mineração, devastação e violência!

No discurso de abertura, Lula falou sobre a urgência de protegermos o meio-ambiente: “a mudança do clima já não é uma ameaça ao futuro, mas uma tragédia do presente”. **Por outro lado, apesar de reconhecermos os avanços do governo na área, vemos como uma grande ameaça a autorização para exploração de petróleo na Foz do Amazonas.** Pré-sal era “passaporte para o futuro” em 2008, agora a Margem Equatorial é a panaceia? Será que não aprendemos o mapa do caminho de lá para cá?

Pela primeira vez na história, o enfrentamento à desinformação esteve

na agenda oficial da COP. Nosso mandato lançou um estudo inédito sobre o assunto (confira em chicoalencar.com.br/desinformacaoambiental). Se antes as fake news tentavam desacreditar as mudanças climáticas, hoje o negacionismo foca em desacreditar as soluções, atrapalhando as iniciativas existentes ou impedindo a sua implementação. Informações falsas são um risco à democracia, à sociedade e à natureza, sabotam respostas às crises e lucram com a desinformação.



Ao final da Cúpula dos Povos, foi entregue ao presidente da COP, Embaixador Corrêa do Lago, uma declaração cobrando mudanças reais como transição energética efetiva e justa, financiamento aos países em desenvolvimento, fim da exploração da energia fóssil, demarcação das terras dos povos originários e um novo modo de produzir, consumir e distribuir os bens. É tempo de barrar as mudanças climáticas, mas só com mobilização **COLETIVA** e **COBRANÇA** dos poderosos conseguiremos transformações efetivas!



REFORMA ADMINISTRATIVA: quando “boas intenções” viram armadilha.

ESTÁ SENDO DISCUTIDO NO CONGRESSO NACIONAL um pacote de medidas, incluindo uma Proposta de Emenda à Constituição e dois Projetos de Lei, que estão sendo vendidos à opinião pública como um “plano de modernização e combate a privilégios no serviço público”. Será mesmo?

Entre os pontos mais preocupantes está a criação de uma tabela única de remuneração, que congela estruturalmente os salários e extingue mecanismos históricos de recomposição, como anuênios e triênios.

A progressão funcional passa a depender de avaliações subjetivas, transformando a estabilidade em ameaça permanente.

Em paralelo, Judiciário e Ministério Público mantêm privilégios como bônus e verbas indenizatórias, evidenciando a assimetria da proposta: pressiona toda a base e preserva boa parte do topo.

De fato, há aspectos positivos que merecem registro, como a redução de férias a 30 dias e o limite para auxílios extratetos, que representam medidas legítimas de racionalização. **A exigência de transparência na divulgação de remunerações e a limitação de cargos comissionados também fortalece o controle social e a eficiência administrativa.** Mas as contradições permane-

cem: as “demissões por desempenho” abrem brecha para perseguição política; antes de abrir qualquer concurso, o governo terá que provar que não pode terceirizar o serviço, invertendo a lógica atual; e o discurso de combate a gastos ignora a realidade demográfica e social.

Em outras palavras, essa “deforma” representa a precarização das carreiras, desestimula concursos públicos, incentiva a privatização de serviços e favorece privilégios e apadrinhamento político! Seus defensores não estão preocupados com os serviços e servidores públicos: eles querem ter poder de influência em demissões e contratações!

É um pacote contraditório que avança em pontos de racionalização, mas retrocede em direitos e na valorização das carreiras. O desafio é apoiar medidas reais de combate a privilégios, rejeitar a precarização da base e propor alternativas que conciliam eficiência com justiça social.

Nós, do PSOL, seguiremos na defesa dos servidores e servidoras. Valorizar esses profissionais, garantindo autonomia e independência, é o caminho para garantir serviços cada vez melhores para população!

LUME QUER VIVER

A PRAÇA MÁRIO LAGO, conhecida popularmente como Buraco do Lume, está sofrendo forte ofensiva da especulação imobiliária. O local é, há décadas, um espaço histórico, simbólico e cultural importante, reconhecido como ponto de convivência e manifestações políticas.

É lá que os parlamentares do PSOL, toda sexta-feira, prestam contas de seus mandatos, bem ao lado de onde está localizada a estátua da nossa amada Marielle Franco.

O Lume é um dos poucos ambientes verdes que ainda restam no Centro. São mais de 50 árvores, inclusive de Pau Brasil, que atraem passarinhos em plena selva de pedra. **É espaço de respiro e descanso para trabalhadoras e trabalhadores. Ali também funciona uma feirinha, que movimenta o comércio.**

A Prefeitura, no entanto, no bojo do Projeto Reviver Centro, autorizou a construção de um prédio de 22 andares no local. Não são apartamentos para famílias pobres ou de classe média morarem, mas imóveis pequenos, destinados ao aluguel por temporada, o que só serve ao lucro e à ganância do mercado.

Contra isso, parlamentares do PSOL das bancadas na Câmara Federal, Assembleia Estadual e Câmara Municipal, deram entrada no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em uma representação contra a autorização da Prefeitura para a construção do espigão no local.

Os parlamentares entendem que o projeto autorizado pela Prefeitura transformará o que é público em área privada, num processo de alienação sem transparência e sem justificativa urbanística plausível.

O Lume é um lugar de resistência, de coletividade, de memória e de cultura. E assim deve permanecer. Queremos mais verde, cultura e lazer e não espigão e o lucro acima de tudo!



www.lumequerviver.com.br

BALANÇO LEGISLATIVO ATÉ NOVEMBRO DE 2025



SOMOS DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL), que é base do governo Lula mas tem independência para defender que o programa eleito nas urnas seja implementado. Não vamos deixar que o 'Centrão' e a extrema direita, que foram derrotados, decidam os rumos do país!

O primeiro projeto que apresentamos, ainda em fevereiro de 2023, foi o PL 585/23, propondo que o Bolsa Família passe a ser reajustado todos os anos de acordo com o crescimento da produção econômica do país, somado à inflação.

Desde então, produzimos mais de 2.000 propostas legislativas, como requerimentos de informação e emendas à Constituição. Sempre no melhor interesse público e na defesa dos mais necessitados.

2.077

PROPOSTAS LEGISLATIVAS

62

PROJETOS DE LEI

36

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

493

OFÍCIOS

954

DISCURSOS EM PLENÁRIO

DENTRE OS 59 PROJETOS DE LEI, DESTACAMOS:

PL 2136/23, que propõe a criação de Programa de Acolhimento Social e Psicológico a Comunidades Escolares vítimas de violência;

PL 5983/23, conhecido como “PL das Artes”, torna obrigatório o ensino de arte em todas as séries do Ensino Médio e Fundamental, com pelo menos dois tempos de aula por semana;

PL 4077/24, pelo fim dos “supersalários” no funcionalismo público, limitando os ganhos de uma minoria privilegiada que mancha a reputação de uma maioria trabalhadora que ganha até 5 mil reais por mês;

PL 672/2024, que proíbe a monetização de conteúdos sobre o exercício da função pública por detentores de mandatos eletivos, como alguns deputados “influencers” da extrema direita que, acreditem, usam recursos públicos para gerar vídeos que geram lucro!;

PL 5003/2025, que regula o consumo de água por centros de processamento de dados (data centers) no território nacional, para preservar a soberania hídrica da população.

ATUAÇÃO DO MANDATO DURANTE A LEGISLATURA:

- Titular no Conselho de Ética.
- Titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- Titular na Comissão de Legislação Participativa.
- Titular na Comissão da Amazônia, dos Povos Originários e Tradicionais.
- Titular na Comissão de Educação.
- Suplente na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- Coordenador do GT de Educação Ambiental e Enfrentamento à Desinformação, da Frente Parlamentar Ambientalista.

- Coordenador da Comissão de Pesquisa, Extensão, Ciência e Tecnologia da Frente Parlamentar Mista da Educação.
- Um dos melhores deputados do país, segundo Prêmio Congresso em Foco.
- Um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo DIAP.
- Homem de fé, formado na Teologia da Libertação.

Todo domingo, Chico publica nas redes do mandato uma breve reflexão para crentes ou não. Vale conferir!





PSOL e REDE

Orgulho imenso dessa bancada!

**MANDATO BOM
É MANDATO
ACOMPANHADO
E COBRADO.
FAÇAMOS JUNTOS!**



Câmara dos Deputados
Anexo III, Gabinete 970
CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3215-5970

Rua Senador Dantas, 118
Salas 702/703
CEP 20031-205 - Centro, RJ
Tel: (21) 3177-1706

 [chico.alencar](https://www.instagram.com/chico.alencar)

  [depchicoalencar](https://www.facebook.com/depchicoalencar)

 21 99934-5027

dep.chicoalencar@camara.leg.br